

Enel Green Power Mourão S.A.

CNPJ: 23.842.022/0001-02

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Mourão S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Bruno Riga
Jayme Barg
Vago
Vago
Vago

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor de Operação e Manutenção
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Diretor de Compras
Diretor de Construção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Mourão S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Mourão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Mourão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

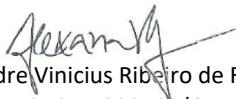
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.503	4.891
Títulos e valores mobiliários	4	827	1.840
Contas a receber de clientes	5	1.386	1.113
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	1.859	1.419
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		311	62
Outros tributos compensáveis		319	28
Adiantamento a fornecedores		19	19
Outros créditos		-	1
Total do ativo circulante		6.224	9.373
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	29.053	29.674
Imobilizado	7	8.460	6.957
Intangível	8	549	564
Total do ativo não circulante		38.237	37.458
Total do ativo		44.461	46.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	2.372	1.366
Outras obrigações fiscais		36	86
Dividendos a pagar	11	8.932	1.993
Salários, provisões e encargos sociais		59	40
Encargos setoriais		456	348
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	17	432	374
Outras obrigações		2	2
Total do passivo circulante		12.289	4.209
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisões para processos judiciais	10	55	52
Total do passivo não circulante		55	52
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	25.600	25.600
Reserva de lucros		6.517	16.970
Total do patrimônio líquido		32.117	42.570
Total do passivo		44.461	46.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	13	13.504	11.963
Custo	14	(3.397)	(2.609)
Lucro bruto		10.107	9.354
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	14		
Despesas gerais e administrativas		(569)	(620)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	16
Outras receitas operacionais		69	-
Total despesas operacionais		(500)	(604)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		9.607	8.750
<u>Resultado financeiro</u>	15		
Receitas financeiras		679	191
Despesas financeiras		(107)	(58)
Total do resultado financeiro		572	133
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.179	8.883
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	16		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(721)	(491)
Total dos tributos sobre o lucro		(721)	(491)
Lucro líquido do exercício		9.458	8.392
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	12	0,3695	0,3278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.458	8.392
Total dos resultados abrangentes do exercício	9.458	8.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.600	2.570	8.001	-	-	36.171
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.392		8.392
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.993)		(1.993)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	420	-	(420)		-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	5.979	(5.979)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.600	2.990	13.980	-	-	42.570
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.458		9.458
<u>Transações com os acionistas</u>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(5.979)	-		(5.979)
Dividendos intercalares	-	-	-	(13.932)		(13.932)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-		-
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	473	-	(473)		-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	(4.947)	4.947		-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.600	3.463	3.054	-	-	32.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	9.458	8.392
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	368	338
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.506)	(1.543)
Amortização do ativo financeiro da concessão	1.687	1.393
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(16)
Atualização monetária de processos judiciais	1	2
Provisões para processos judiciais	40	59
Baixa de ativo imobilizado	-	6
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(273)	172
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(249)	11
Outros tributos compensáveis	(291)	-
Depósitos vinculados	-	3
Adiantamento a fornecedores	-	(18)
Outros créditos	1	(1)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	1.006	359
Imposto de renda e contribuição social a pagar	871	453
Outras obrigações fiscais	(50)	44
Salários, provisões e encargos sociais	19	3
Encargos setoriais	108	84
Outras obrigações	-	(2)
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	58	95
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(871)	(453)
Pagamento de processos judiciais	(38)	(57)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.339	9.324
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(1.755)	(1.237)
Adições para ativo intangível	(13)	(6)
Títulos e valores mobiliários	1.013	(1.818)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(755)	(3.061)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de dividendos	(12.972)	(5.353)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(12.972)	(5.353)
Variação no caixa líquido	(3.388)	910
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.891	3.981
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.503	4.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Enel Brasil S.A., desde 3 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cuja atividade operacional concentra-se na geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de Garantia Física de energia e potência, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, sendo tal atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A usina hidrelétrica Mourão está localizada no Rio Mourão, no estado do Paraná. A planta entrou em operação em 1964, com 8,2 MW de capacidade instalada e com garantia física de 5,3 MW.

Em 6 de novembro de 2015, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina Mourão, já em operação, localizada no sul do país, com uma capacidade total instalada de 8,2 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 5 de janeiro de 2016, com término da prestação de serviço em 5 de janeiro de 2046, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), de 18 de setembro de 2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015. Em 25 de fevereiro de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 10 de outubro de 2046.

Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. Para o ciclo 2025/2026, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 3.353/2024 é de R\$ 11.280. Do total de sua energia assegurada, 70% deve ser comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre. No período da extensão do prazo da vigência da outorga, a Companhia disporá livremente da energia proveniente da usina, nos termos dos §4º dos artigos. 2º-A e 2º-B da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarboxinação (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	<p>Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.</p>	
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	<p>As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.</p>	1º de janeiro de 2026
<i>CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras</i>	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 7 – Imobilizado;

Nota 8 – Intangível;

Nota 10 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 18 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	325	1.374
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	1.178	312
Operações compromissadas	-	3.205
Total	1.503	4.891

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito). Em 31 de dezembro de 2025, os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 97,00% do CDI (CDBs e operações compromissadas foram remunerados, em média, 100,25% do CDI, em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 18).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	827	1.606
LF - Letra Financeira	-	234
Total	827	1.840

Estes fundos de Investimento são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 99,25% do CDI (100,25% em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2025
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP		24	-	-	24	-	24
Regime de cotas - RAG		897	4	24	925	(24)	901
Contas a receber - partes relacionadas	17	461	-	-	461	-	461
Total		1.382	4	24	1.410	(24)	1.386

	Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP			84	-	84	-	84
Suprimento ACL - partes relacionadas	17		73	-	73	-	73
Regime de cotas - RAG			813	24	837	(24)	813
Regime de cotas - RAG - partes relacionadas	17		143	-	143	-	143
Total			1.113	24	1.137	(24)	1.113

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(40)
Provisões	(35)
Reversões	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(24)

6. Ativo financeiro – contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

A Companhia firmou em 5 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 28.609, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG. Conforme edital do leilão, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 28.609 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia, tendo sua contabilização embasada pelo ICPC 01, classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	31.093	30.943
Atualização financeira	1.506	1.543
Amortizações	(1.687)	(1.393)
Saldo final	30.912	31.093
Circulante	1.859	1.419
Não circulante	29.053	29.674

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	628	-	-	1.087	1.715
Máquinas e equipamentos	-	-	-	209	209
Móveis e utensílios	25	-	-	5	30
Reservatórios, barragens e adutoras	4.597	-	-	1.859	6.456
	5.250	-	-	3.160	8.410
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	(98)	-	(34)	-	(132)
Máquinas e equipamentos	-	-	(286)	-	(286)
Móveis e utensílios	(9)	-	(2)	-	(11)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.570)	-	(18)	-	(1.588)
	(1.677)	-	(340)	-	(2.017)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Civas e benfeitorias	1.121	-	-	(1.080)	41
Máquinas e equipamentos	2.526	1.755	-	(2.080)	2.201
	3.647	1.755	-	(3.160)	2.242
Total	7.220	1.755	(340)	-	8.635

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	628	-	-	-	-	628
Veículos	64	-	-	(64)	-	-
Móveis e utensílios	25	-	-	-	-	25
Reservatórios, barragens e adutoras	4.560	-	-	-	37	4.597
	5.277	-	-	(64)	37	5.250
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(77)	-	(21)	-	-	(98)
Veículos	(53)	-	(5)	58	-	-
Móveis e utensílios	(7)	-	(2)	-	-	(9)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.287)	-	(283)	-	-	(1.570)
	(1.424)	-	(311)	58	-	(1.677)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	1.121	-	-	-	-	1.121
Máquinas e equipamentos	1.326	1.237	-	-	(37)	2.526
	2.447	1.237	-	-	(37)	3.647
Total	6.300	1.237	(311)	(6)	-	7.220

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos da tecnologia hidráulica, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico, bem como revisou as classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, em conformidade ao Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL.

Dessa forma, as principais taxas de depreciação, são as seguintes:

	% (ano)
Elétricos	
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,17%
Não elétricos	
Veículos	20,00%

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	311	(59)	252	263
Custo incremental	21	(4)	17	13
Software	407	(127)	280	288
Total	739	(190)	549	564

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos são obrigatórios para que a Companhia possa realizar suas operações na CCEE.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
Intangível em serviço				
Direito de uso da concessão	311	-	-	311
Custo incremental	15	6	-	21
Software	400	7	-	407
Total	726	13	-	739
Amortização acumulada				
Direito de uso da concessão	(48)	-	(11)	(59)
Custo incremental	(2)	-	(2)	(4)
Software	(112)	-	(15)	(127)
Total	(162)	-	(28)	(190)

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
Intangível em serviço				
Direito de uso da concessão	311	-	-	311
Custo incremental	9	6	-	15
Software	400	-	-	400
Total	720	6	-	726
Amortização acumulada				
Direito de uso da concessão	(36)	-	(12)	(48)
Custo incremental	(2)	-	-	(2)
Software	(97)	-	(15)	(112)
Total	(135)	-	(27)	(162)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	3,33%
Custo incremental	3,70%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		50	103
Encargo de uso da rede		114	57
		164	160
Materiais e serviços		2.142	1.167
Materiais e serviços - partes relacionadas	17	66	39
		2.208	1.206
Total		2.372	1.366

10. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2025
Cíveis	52	43	(3)	1	(38)	55
Total	52	43	(3)	1	(38)	55

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024
Cíveis	48	60	(1)	2	(57)	52
Total	48	60	(1)	2	(57)	52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

10.1.1 Cíveis

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa, bem como processos cíveis envolvendo ações ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ações de ressarcimento em geral, e por fim ações regulatórias. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

10.2 Contingência com risco possível

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 25.600 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	25.600.100	100,00%	25.600.100	100,00%
Total	25.600.100	100,00%	25.600.100	100,00%

11.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

11.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 21 do estatuto social da Companhia.

11.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	9.458	8.392
(-) Reserva legal	(473)	(420)
Lucro líquido do exercício ajustado	8.985	7.972
Dividendo mínimo obrigatório	-	(1.993)
Dividendos intercalares	(13.932)	-
Reserva para reforço de capital de giro	4.947	(5.979)
Total	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 3 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a constituição de reserva legal no montante de R\$ 420, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 1.993 na forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 5.979 como alocação para reserva para reforço de capital de giro. Em ato contínuo, foi aprovada a imediata distribuição de R\$ 5.979, a título de dividendos adicionais, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025.

11.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1.993	5.353
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendos adicionais propostos	5.979	-
Dividendos intercalares	13.932	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	1.993
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos - exercício anterior	(7.972)	(5.353)
Dividendos pagos - intercalares	(5.000)	-
Saldo final	8.932	1.993

Aprovação de dividendos intercalares 2025

Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intercalares sobre o lucro líquido apurado de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 13.932, conforme balanço levantado no referido período. O montante distribuído como dividendos intercalares foi superior ao lucro apurado em 31 de dezembro de 2025. O valor excedente foi absorvido pelo saldo de reserva de reforço de capital de giro.

12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		9.458	8.392
Número de ações	11	25.600.100	25.600.100
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,3695	0,3278

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Receita Anual de Geração - RAG	13.3	9.162	9.162
Receita Anual de Geração - RAG - partes relacionadas	13.3 e 17	1.709	1.709
Suprimento de energia elétrica	13.1	501	-
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	13.1 e 17	2.872	1.498
Mercado de curto prazo	13.2	197	126
Atualização do bônus da concessão	13.3	1.506	1.543
Amortização do bônus da concessão	13.3	(1.685)	(1.393)
Receita operacional bruta		14.262	12.645
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(134)	(118)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(40)	(49)
COFINS		(480)	(423)
PIS		(104)	(92)
Total deduções da receita		(758)	(682)
Total		13.504	11.963

13.1 Receita com venda energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

13.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

13.3 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

		2025			
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(466)	(13)	-	(479)
Material		(172)	(69)	-	(241)
Serviços		(770)	(109)	-	(879)
Serviços - partes relacionadas	17	-	(294)	-	(294)
Energia elétrica comprada para revenda		(415)	-	-	(415)
Encargos do uso de rede elétrica		(755)	-	-	(755)
Seguros		(463)	-	-	(463)
Depreciação e amortização		(355)	(13)	-	(368)
Provisões para processos judiciais		-	(40)	-	(40)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1)	(31)	4	(28)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	17	-	-	65	65
Total		(3.397)	(569)	69	(3.897)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal		(319)	(7)	-	(326)
Material		(121)	(9)	-	(130)
Serviços		(813)	(240)	-	(1.053)
Serviços - partes relacionadas	17	-	(293)	-	(293)
Energia elétrica comprada para revenda		(376)	-	-	(376)
Encargos do uso de rede elétrica		(659)	-	-	(659)
Depreciação e amortização		(338)	-	-	(338)
Baixa de imobilizado		-	(6)	-	(6)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	16	16
Provisões para processos judiciais		-	(59)	-	(59)
Outras receitas (despesas) operacionais		17	(6)	-	11
Total		(2.609)	(620)	16	(3.213)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

15. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	677	180
Atualização de créditos tributários	-	9
Outras receitas financeiras	2	2
	679	191
Despesas financeiras		
Variação monetária de processos judiciais e outros	(1)	(2)
Atualização de impostos e multas	-	(7)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(34)	-
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(72)	(49)
	(107)	(58)
Total	572	133

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

	2025	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	15.947	14.038
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.276	1.123
Renda de aplicações financeiras	677	180
Outras receitas	65	51
Outras receitas financeiras	2	11
Total base de cálculo do imposto de renda	2.020	1.365
Alíquota do imposto de renda (15%)	(304)	(205)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(178)	(113)
Total do imposto de renda	(482)	(318)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	1.914	1.685
Renda de aplicações financeiras	677	180
Outras receitas	65	51
Outras receitas financeiras	2	11
Total base de cálculo da contribuição social	2.658	1.927
Alíquota da contribuição social (9%)	(239)	(173)
Total	(721)	(491)

17. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2026	11	(8.932)	(1.993)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Até março de 2029		(345)	-	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	De janeiro de 2022 a dezembro de 2026		(4)	(391)	(229)	(293)
Total			(9.408)	(2.384)	(229)	(293)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

17.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas
<u>Venda de energia - RAG</u>					
Enel Distribuição Rio	Até dezembro de 2026	28	24	307	283
Enel Distribuição São Paulo	Até dezembro de 2026	95	90	1.100	1.075
Enel Distribuição Ceará	Até dezembro de 2026	33	29	383	351
Enel Trading Brasil S.A.	Até outubro de 2046	306	-	2.791	-
		462	143	4.581	1.709
<u>Venda de energia - suprimento</u>					
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2030	-	73	-	1.498
		-	73	-	1.498
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2026	(23)	(22)	-	-
		(23)	(22)	-	-
Total		439	194	4.581	3.207

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Venda de energia: Contrato de regime de cotas - Receita Anual de Geração – RAG, e Contratos bilaterais negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mourão S.A.

18.1 Instrumentos financeiros

18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.503	1.503	4.891	4.891
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	827	827	1.840	1.840
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	1.386	1.386	1.113	1.113
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	3	30.912	30.912	31.093	31.093
Total do ativo			34.628	34.628	38.937	38.937
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.372	2.372	1.366	1.366
Total do passivo			2.372	2.372	1.366	1.366

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 18.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

A rubrica de ativo financeiro – contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga) é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

18.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela da *Holding Enel S.p.A.*, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam a gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de *commodity*, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidade relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa

estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (*risk owners*), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Green Power

Mourão S.A.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.503	4.891
Títulos e valores mobiliários	4	827	1.840
Contas a receber de clientes	5	1.386	1.113
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	30.912	31.093
Total		34.628	38.937

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

18.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.